

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1.994, 650 p.

O historiador Boris Fausto, além de diversos artigos em publicações periódicas, lançou na década de 70 **A Revolução de 1930 - História e Historiografia**, precedido por um “preparo” in **Brasil em Perspectiva**, com o mesmo título. Seus trabalhos sobre a ruptura entre a república velha e o que veio depois (e continua vindo) são fontes de leitura obrigatória, ao lado de outros autores, como Nelson Werneck Sodré, Edgar Carone, Leôncio Basbaum, para citar alguns. Atualmente dirige a **coleção História Geral da Civilização Brasileira**, substituindo Sérgio Buarque de Holanda.

Em 1994 Boris Fausto somou aos seus trabalhos uma **História do Brasil**, destinada a estudantes e professores do 2º e 3º graus. Uma incursão na nossa História, desde a expansão marítima de Portugal no século XV, até a nova ordem mundial e o Brasil, na atualidade.

Sem prejuízo do livro no seu todo, alguns pontos merecem destaque, a começar pelo estilo do autor, simples e objetivo, ao contrário dos malabarismos inúteis e anacrônicos que andam por aí, desestimulando o hábito da leitura, além de camuflarem conteúdos medíocres.

É bastante alentadora a disposição do autor em expor o processo histórico brasileiro, sem cair no ufanismo ridículo e mistificador “que vê a História do Brasil como uma evolução, caracterizada pelo progresso permanente - perspectiva simplista que os anos mais recentes se encarregaram de desmentir (p. 14). O autor também rejeita a tendência conservadora que afirma serem essenciais e perenes na sociedade brasileira “o clientelismo, a corrupção, a imposição do Estado sobre a sociedade, tanto na colônia como nos dias de hoje” (p. 14) e que induz ao pensamento de que não será possível mudar nada neste país, principalmente as brutais diferenças sócio-econômicas. O autor opta por uma outra via, a de demonstrar que em meio aos continuísmos, às mesmices e às acomodações, desde a colônia até hoje, o país muda, pelo menos setorialmente.

Só essas considerações, na introdução, já seriam suficientes para um proveitoso debate sobre a concepção da História e o seu uso político-ideológico para se manter o poder.

O descobrimento do Brasil é apresentado pelo autor como a “chegada dos portugueses ao Brasil”. Segundo ele, “chegou a hora de dizer que essas expres-

sões (nascimento e descobrimento do Brasil) se prestam a engano, pois podem dar idéia de que não havia presença humana anterior à chegada dos portugueses ao Novo Mundo”. (p. 30 a 33), pois as populações indígenas já existiam aqui na América. Na verdade, isso vem sendo divulgado já faz tempo em livros didáticos de 1º e 2º graus. Na UNISO, isso é colocado em aulas não é de hoje. Mas de qualquer forma, o peso do nome de Boris Fausto conta em favor dessa visão da História voltada para o real, sem fantasias.

Boris Fausto também retoma a questão de que o Brasil talvez fosse outro, caso os holandeses tivessem permanecido em lugar dos portugueses. Segundo o autor, os resultados sempre dependem do tipo de colonização adotado e não da nacionalidade do colonizador. Diz que, comparando o período de Maurício de Nassau com a colonização portuguesa e a tendência da Cia. das Índias Ocidentais, o resultado parece positivo. Mas conclui que “o Brasil seria mantido na mesma condição de colônia de exploração integrada no sistema colonial”(p. 90).

A separação do Brasil de Portugal, que o autor intitula convencionalmente de “Independência”, é considerada como uma decorrência de acontecimentos externos e não apenas internos, a partir de quando as Cortes portuguesas tentaram recolonizar o Brasil (p. 129 e 130). A não ocorrência de um conflito sangrento no processo de separação, teve um custo que se traduziu pela não alteração da ordem econômica e social, no dizer do autor (p. 146). Mais adiante se lê que “a elite política promotora da Independência não tinha interesse em favorecer rupturas que pudessem pôr em risco a estabilidade da antiga Colônia” (p. 146). Em face dessas considerações, fica no ar a afirmativa de estar enganado quem supõe que, no Brasil, existia uma elite política com um projeto já definido para o país, (p. 147). Talvez não houvesse homogeneidade da elite quanto à construção do futuro. Agora, quanto a não alterar as estruturas da sociedade e da economia, parece que havia pelo menos consenso (p. 146).

Outra colocação polêmica do autor se encontra na página 147, onde ele afirma ser falsa a conclusão de que o Brasil passou a depender da Inglaterra, após a separação. Sem debater a questão, o autor justifica, pouco claramente, que não se tratou de uma troca de dependências e sim “de uma mudança da forma como a antiga Colônia se inseria no sistema econômico internacional”. Curiosamente, no mesmo parágrafo, o autor se refere a uma “nova relação de dependência, que vinha se afirmando desde 1808 com a abertura dos portos”.

A implantação da República é precedida de uma análise do contexto do 2º Reinado, com destaque para as crises entre o Estado e setores da sociedade (crises militares, religiosas e abolição), as quais refletem as mudanças “modernizantes” principalmente a partir da extinção do tráfico de africanos em 1850 (pp. 197 e 242).

O tratamento da 1ª República é feito através de seus aspectos mais marcantes: o predomínio das oligarquias; o “café com leite”; o coronelismo; a imigração; a industrialização; os movimentos sociais urbanos e no campo, a fundação do PCB; o tenentismo; o aparecimento do Partido Democrático como dissidência entre as oligarquias; a Revolução de 1930. O autor chama a atenção para o fato de que, nesse período, o Estado, apesar de voltado para os interesses agroexportadores, chegou até a baixar tarifas de importação de máquinas industriais e conceder empréstimos para a instalação de indústrias de base, mas “esteve longe de promover uma política deliberada de desenvolvimento industrial” (p. 289). No tocante à questão social, o autor relata algumas iniciativas do Poder Público de garantir certos direitos aos trabalhadores urbanos e, em menor escala, aos rurais. Iniciativas essas que tiveram pouco ou nenhum efeito prático, graças às pressões dos industriais e dos grandes fazendeiros (pp. 302-302).

O movimento de 1930 é caracterizado como uma reunião heterogênea de forças contra um adversário comum, as velhas oligarquias, que representavam interesses regionais determinantes da política nacional, não significando a tomada do poder por uma determinada classe. Diz o autor que “subiram os militares, os técnicos diplomados, os jovens políticos e, um pouco mais tarde, os industriais” (p. 327). O que, de resto, não significou a desmobilização das velhas oligarquias, pois até hoje elas estão aí, atuando robustamente na política nacional.

Referindo-se a Getúlio Vargas como “a figura de maior expressão da história política brasileira do século XX”, Boris Fausto o associa, e com razão, ao período de 1930 a 1945, dando a este o título de “O Estado de Vargas”. Estabelece uma divisão em antes e depois da implantação do regime estadonovista, o qual procura caracterizar ressaltando o caráter centralizador, o controle da opinião pública, o trabalhismo, tudo sob a regência de um forte populismo alicerçado na adulação das massas de trabalhadores urbanos. O Estado Novo é definido como um projeto modernizador fundamentado no autoritarismo. E o seu declínio e queda são considerados segundo a ótica comum: a participação do Brasil na 2ª Grande Guerra, contra o fascismo e o nazismo, o que representou uma contradição muito bem trabalhada pela crescente oposição à Ditadura getulista (pp. 382-385). Nesse ponto, faltou empenho em tentar fazer uma vinculação mais ampla com a situação internacional, já impregnada pelo clima de fim de guerra e mais a expectativa da ascensão dos Estados Unidos e da União Soviética como líderes de dois blocos antagônicos no plano mundial.

Do fim do Estado Novo até 1964, Boris Fausto enfatiza a adoção do liberalismo econômico como alternativa ao controle estatal (herança do Estado

Novo); a luta entre concessões ou não ao capital estrangeiro (nacionalismo x “entreguismo”) e a perseguição aos comunistas. Questões que embasaram candidaturas, elegeram e derrotaram políticos, levaram Getúlio Vargas à morte, provocaram a renúncia de Jânio Quadros e, dentre outras, levaram ao golpe civil-militar de 1964. O autor destaca o aparecimento e a evolução de novas variantes populistas, como o ademarismo e o janismo, mas continua omitindo ligação entre o que acontecia no país e a evolução da “guerra fria”, cujos efeitos já faziam sentir no Brasil desde o fim do Estado Novo, quando a opção pró capitalismo (e a liderança dos Estados Unidos) passou a ser uma questão fechada pelos segmentos civis e militares hegemônicos.

Na “caracterização do regime militar”, instaurado em 1964, Boris Fausto evita o uso da palavra ditadura, uma vez que “em meio a medidas de exceção e arbitrariedades, os governos não assumiram o princípio de que um regime autoritário era desejável para o país” (p. 513). O governo Médici é apresentado como uma exceção, ficando a impressão de que os demais governos primaram pelo respeito à prática democrática, embora mantendo “uma situação autoritária” (p. 513). Em seguida, diz o autor que as diferenças entre o regime militar e o regime de 1945-1964 são claras, pois “quem manda agora (ditadura civil-militar) é uma instância decisória importante (...) a alta cúpula militar, os órgãos de informação e repressão, a burocracia técnica de Estado” (p. 513). Cabe aqui uma pergunta: como é que foi? Ditadura ou não?

É claro que, num livro de 556 páginas de texto, há muitos outros pontos a serem destacados e discutidos. E talvez resida aí uma das principais marcas dessa obra recente de Boris Fausto: pelo seu grande volume, ela enseja mais questionamentos e mais buscas da verdade histórica. Afinal, uma das características da História é estimular o debate para se chegar ao conhecimento da verdade histórica.

Bem estruturado graficamente, o livro apresenta harmonia entre texto e ilustrações, além de duas cronologias bastante úteis: uma específica do Brasil e outra geral, ambas de 1500 a 1993. Contém um glossário bibliográfico e referências bibliográficas, que remetem o leitor para outras fontes de informação.

João Luiz Gonzaga Peçanha
(Departamento de Ciências Sociais)